

GS Inima Brasil Ltda. e controladas

Demonstrações Financeiras Referentes aos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e
de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e Administradores da
GS Inima Brasil Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda. e controladas ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GS Inima Brasil Ltda. e controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar à atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de fevereiro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1" T" SP

GS INIMA BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15			31.12.16	31.12.15		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.910	25.630	26.108	45.415	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	21.340	15.639
Aplicações financeiras	5	19.846	-	27.790	15.626	Debêntures privadas e notas promissórias	13	11.504	-	33.107	15.022
Contas a receber	6	181	109	31.881	21.780	Fornecedores		2.614	932	8.009	2.714
Contas a receber de locação de ativos	6	-	-	33.445	17.917	Obrigações sociais		2.067	1.546	7.382	3.222
Ativo financeiro	7	-	-	37.178	53.152	Obrigações fiscais		456	275	2.448	3.315
Dividendos a receber	10	18.490	8.135	-	-	Concessão de serviços públicos	14	-	-	4.411	-
Estoques		-	-	1.571	-	Partes relacionadas	11	1.225	516	3.004	713
Impostos a recuperar		2.991	337	3.065	391	Outras obrigações		5	15	1.059	2.583
Partes relacionadas	11	10.061	1.799	465	279	Total do passivo circulante		<u>17.871</u>	<u>3.284</u>	<u>80.760</u>	<u>43.208</u>
Outros créditos		111	505	1.609	1.155						
Total do ativo circulante		<u>53.590</u>	<u>36.515</u>	<u>163.112</u>	<u>155.715</u>						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	6	-	-	5.250	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	117.781	116.627
Aplicações financeiras	5	918	807	918	807	Debêntures privadas e notas promissórias	13	27.372	-	128.227	101.070
Impostos a recuperar		-	3.540	-	3.540	Concessão de serviços públicos	14	-	-	56.117	-
Contas a receber locação de ativos	6	-	-	185.765	108.018	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	20.299	11.889
Ativo financeiro	7	-	-	195.055	236.549	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	46	52	981	254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	18	18	4.273	-	Outras obrigações		986	807	6.446	14.265
Outros créditos		24	29	230	186	Total do passivo não circulante		<u>28.404</u>	<u>859</u>	<u>329.851</u>	<u>244.105</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>960</u>	<u>4.394</u>	<u>391.491</u>	<u>349.100</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Investimentos em controladas e coligadas	8	261.609	160.933	-	-	Capital social		100.102	60.102	100.102	60.102
Imobilizado	9	340	312	3.612	3.340	Reserva de capital		3.928	3.928	3.928	3.928
Intangível	10	2.271	1.479	159.273	2.089	Reserva de lucros retidos		168.465	135.460	168.465	135.460
Total do ativo não circulante		<u>265.180</u>	<u>167.118</u>	<u>554.376</u>	<u>354.529</u>	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		272.495	199.490	272.495	199.490
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	34.382	23.441
						Total do patrimônio líquido		<u>272.495</u>	<u>199.490</u>	<u>306.877</u>	<u>222.931</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>318.770</u>	<u>203.633</u>	<u>717.488</u>	<u>510.244</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>318.770</u>	<u>203.633</u>	<u>717.488</u>	<u>510.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
RECEITA LÍQUIDA	17	28.527	16.345	310.230	250.211
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(20.509)	(13.545)	(178.044)	(159.684)
LUCRO BRUTO		8.018	2.800	132.186	90.527
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas	18	(21.457)	(11.666)	(42.717)	(21.685)
Resultado de equivalência patrimonial	8	48.627	44.383	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(4)	-	(13)	(314)
		27.166	32.717	(42.730)	(21.999)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.184	35.517	89.456	68.528
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	19	4.130	2.513	13.320	6.871
Despesas financeiras	19	(6.309)	(160)	(36.604)	(21.661)
		(2.179)	2.353	(23.284)	(14.790)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		33.005	37.870	66.172	53.738
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	-	-	(17.888)	(11.363)
Diferidos	20	-	-	(6.088)	(970)
		-	-	(23.976)	(12.333)
Lucro atribuível aos controladores		33.005	37.870	42.196	41.405
Lucro atribuível aos não controladores		-	-	(9.191)	(3.535)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.005	37.870	33.005	37.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.005	37.870	33.005	37.870
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>33.005</u>	<u>37.870</u>	<u>33.005</u>	<u>37.870</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva capital	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		60.102	3.928	97.590	-	161.620
Lucro líquido do exercício		-	-	-	37.870	37.870
Transferencia para retenção de lucros		-	-	37.870	(37.870)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		60.102	3.928	135.460	-	199.490
Aumento capital social em espécie	15	40.000	-	-	-	40.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.005	33.005
Transferencia para retenção de lucros		-	-	33.005	(33.005)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		100.102	3.928	168.465	-	272.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		33.005	37.870	33.005	37.870
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social		-	-	23.976	12.763
Depreciação e amortização	9 e 10	100	62	4.937	296
Juros sobre empréstimos		5.865	-	34.386	25.408
Encargos financeiros sobre a outorga		-	-	2.380	-
Remuneração do ativo financeiro	19	-	-	(45.706)	(54.837)
Remuneração do contas a receber- locação ativo		-	-	(31.203)	(20.364)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(48.627)	(44.383)	-	-
Complemento de provisão para devedores de liquidação duvidosa		-	-	20	-
Amortização de custos para emissão debêntures	19	(718)	-	(565)	152
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas		(6)	-	(76)	-
Participação dos acionistas não controladores		-	-	9.191	3.535
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(72)	(109)	(4.997)	(5.064)
Estoques		-	-	(66)	-
Ativo financeiro	7	-	-	8.731	29.286
Contas a receber de locação de ativos		-	-	32.370	29.116
Impostos a recuperar		886	7	1.410	366
Outros créditos		399	(547)	(97)	(573)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.682	48	7.320	322
Partes relacionadas		(7.553)	750	(7.515)	806
Obrigações sociais		521	197	152	(230)
Obrigações fiscais		181	71	(1.583)	249
Outras obrigações		169	82	(8.457)	1.857
Pagamento concessão de serviços públicos		-	-	(3.156)	-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(14.168)	(5.952)	54.457	60.958
Juros pagos		(521)	-	(27.725)	(18.595)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(18.484)	(22.793)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(19.957)	-	(12.276)	(15.626)
Lucros/dividendos recebidos de controlada	8	26.143	18.053	-	-
Aquisição de participação acionária em investimento	8	(83.779)	-	(78.658)	-
Integralização de capital em controladas	8	(4.768)	(2.900)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	9	(115)	(49)	(705)	(2.005)
Baixas de ativo imobilizado	9	18	33	24	91
Aquisição de ativo intangível	9	(823)	(1.468)	(11.053)	(1.969)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		(83.281)	13.669	(102.668)	(19.509)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos:					
Captações		40.000	-	47.199	15.539
Pagamentos de principal		(5.750)	-	(20.788)	(7.757)
Integralização de capital social	15	40.000	-	40.000	-
Subscrição de capital de não controladores		-	-	9.622	45
Pagamentos de lucros não controladores		-	-	(920)	1
Caixa oriundo das atividades de financiamento		74.250	-	75.113	7.827
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(23.720)	7.717	(19.307)	7.888
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		25.630	17.913	45.415	37.527
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		1.910	25.630	26.108	45.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GS Inima Brasil Ltda. ("Sociedade") foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial, sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Abaixo um resumo das atividades de cada controlada que a Sociedade possui controle acionário.

AMBIENT

A Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Sociedade") foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95 da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Sociedade finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003.

Durante o exercício de 2007, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o "Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública" (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de abril de 2018 para 28 de setembro de 2023.

Em 26 de novembro de 2015, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o "Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública" (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de setembro de 2023 para 28 de setembro de 2033.

ARAUCÁRIA

A Araucária Saneamento S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

Ao término da operação assistida em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão a SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada a SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

SANEVAP

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 4 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação ("VML"), na data de referência dos preços de 1º de março de 2011.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é de R\$80.374, conforme contrato entre a Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Ao término da operação assistida em maio de 2016, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de São José dos Campos à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sociedade e a SABESP e emitido em janeiro de 2015. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sociedade foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sociedade passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

SESAMM

Em 26 de dezembro de 2014, através de reunião de quotistas, foi aprovado aumento no capital da GS Inima, no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social, e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência de 57% de participação acionária no capital da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (SESAMM), adquirindo controle neste ato.

A SESAMM foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas: (a) remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado e (b) remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$82.817, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2016, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$53.222, com os impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$32.250, líquidos dos impostos sobre receitas de construção. A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012.

SANAMA

A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 8 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas (a "CASAL"), decorrente Concorrência Nacional cujo objeto consiste na: (a) implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da Parte Alta de Maceió; (b) operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da Parte Alta da cidade de Maceió; (c) realização de serviços complementares relativos à Leitura de Hidrômetros, Fiscalização, Cobrança e Gestão Comercial visando o incremento de Arrecadação da CASAL; (d) como Parte Alta da Cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da Unidade de Negócios de Benedito Bentes da CASAL. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da Data de Eficácia do Contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias.

Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato. O valor estimado do contrato é de R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Público Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da PPP, decorrente da adoção das ações previstas no Termo de Referência.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontrava-se em fase pré-operacional.

CAEPA

A Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 ("Contrato"), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontrava-se em fase de operação.

COMASA

A COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 ("Contrato"), celebrado com o Município de Santa Rita do Passa Quatro cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontrava-se em fase de operação.

SAMAR

A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos, encerando em 2042.

Em 11 de maio de 2016, com todas as aprovações necessárias, a OAS Soluções Ambientais S/A transferiu a totalidade das ações ordinárias de emissão da Samar para a GS Inima Brasil Ltda.

Foi publicado nos dias 05 de fevereiro de 2014, 29 de janeiro de 2015, 23 de janeiro de 2016 e 28 de janeiro de 2017, a correção automática e periódica no percentual de 5,91%, 6,41%, 10,67% e 6,29%, respectivamente, do valor das tarifas de fornecimento de água e de esgoto, entrando em vigor após 30 dias da data da publicação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$5.669 (31 de dezembro de 2015, R\$13.245). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com a geração positiva de caixa proveniente das suas operações, bem como aportes de recursos do seu acionista, na medida em que a geração de caixa seja provisoriamente insuficiente, para fazer face as suas obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Critérios de consolidação

A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Ambient"), Araucária Saneamento S.A. ("Araucária"), Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sanevap"), Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sesamm"), Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sanama"), Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S/A ("Caepa"), Comasa Cia de Água e Esgoto S/A ("Comasa") e Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S/A ("Samar") nas quais detém participação sobre o capital social de 100%, 51% e 50,1%, 57%, 60%, 95%, 75% e 100%, respectivamente.

Considera-se existir controle quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Assim sendo, considerando existirem esses condicionantes em relação aos investimentos detidos pela Sociedade, foram consolidadas integralmente as demonstrações financeiras das suas controladas, com base nas demonstrações levantadas na mesma data-base da Controladora.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

A seguir, destaca-se um resumo das demonstrações financeiras das controladas:

	2016							
	Ambient	Araucária	Sanevap	Sesamm	Sanama	Caepa	Comasa	Samar
Ativo:								
Ativo circulante	52.999	31.103	19.864	18.961	521	425	1.047	12.692
Ativo não circulante	135.135	109.590	76.228	65.882	3.395	742	4.779	112.814
Total do ativo	<u>188.134</u>	<u>140.693</u>	<u>96.092</u>	<u>84.843</u>	<u>3.916</u>	<u>1.167</u>	<u>5.826</u>	<u>125.506</u>
Passivo:								
Passivo circulante	35.605	17.952	11.114	6.998	243	247	459	18.361
Passivo não circulante	22.143	100.359	75.832	40.647	-	-	-	62.466
Patrimônio líquido	130.386	22.382	9.146	37.198	3.673	920	5.367	44.679
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>188.134</u>	<u>140.693</u>	<u>96.092</u>	<u>84.843</u>	<u>3.916</u>	<u>1.167</u>	<u>5.826</u>	<u>125.506</u>
	2015							
	Ambient	Araucária	Sanevap	Sesamm	Sanama	Caepa		
Ativo:								
Ativo circulante	66.592	28.367	16.604	16.561	510	225		
Ativo não circulante	98.487	108.024	83.843	58.417	1.457	492		
Total do ativo	<u>165.079</u>	<u>136.391</u>	<u>100.447</u>	<u>74.978</u>	<u>1.967</u>	<u>717</u>		
Passivo:								
Passivo circulante	16.079	15.320	11.436	4.874	79	193		
Passivo não circulante	18.803	105.586	83.441	37.792	-	-		
Patrimônio líquido	130.197	15.485	5.570	32.312	1.888	524		
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>165.079</u>	<u>136.391</u>	<u>100.447</u>	<u>74.978</u>	<u>1.967</u>	<u>717</u>		

2.5. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (a) determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, (b) na determinação da vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas com credores de liquidação duvidosa, (c) elaboração de projeções para realização dos ativos financeiros e permanentes; e (d) determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade e suas controladas devem reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato. Após o início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão ou construção.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber

Na Controladora, referem-se substancialmente aos serviços de construção civil. São registradas com base nos valores nominais e, quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

No Consolidado, incluem os serviços de tratamento de esgoto, locação de ativo, abastecimento de água, gestão comercial e construção civil. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas prováveis.

Ativo financeiro

Reconhecido conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

As controladas Ambient, Sesamm e Sanama reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

Contas a receber locação de ativos

As controladas Araucária e Sanevap reconheceram contas a receber representados pelo direito a faturar decorrente do contrato de locação de ativos de longo prazo com a SABESP, qualificados como arrendamento mercantil financeiro. Estes valores são apresentados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo de realização e estão ajustados a valor presente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O ativo financeiro é avaliado por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão (no caso das controladas Ambient e Sesamm).

3.4. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens. São registrados os custos de aquisições com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos e investimentos da concessão, cuja amortização é pelo prazo da concessão. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

As controladas Caepa, Comasa e Samar reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e do ativo intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

3.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, debêntures privadas e fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos) acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Correntes

Na controladora e controladas as provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Ambient optou pela apuração do imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro presumido. A alíquota de presunção é de 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, respectivamente, cuja base de cálculo corresponde a 32% da receita bruta das vendas, mais a totalidade das demais receitas auferidas. A partir de 2016, as provisões para imposto de renda e contribuição social desta controlada estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, conforme descrito no parágrafo anterior.

Diferidos

Na controladora e controladas, quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa e de outras diferenças temporárias (ativas ou passivas) entre os livros fiscais e os saldos contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9. Impostos de suspensão diferidas

Representados pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre a receita de construção, reconhecidos no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações fiscais" conforme projeção de realização da receita a realizar, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item "3.10", e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

3.10. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o exercício de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto das cidades de Ribeirão Preto e Mogi Mirim e do sistema de distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto sanitário e gestão comercial das cidades de Paraibuna, Santa Rita do Passa Quatro e Araçatuba e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas de locação de ativo são provenientes do direito a faturar e são reconhecidas pela atualização do ativo financeiro registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

Nas controladas Araucária e Sanevap, conforme descrito na nota explicativa nº 1, reconheceu a venda do ativo no resultado durante o exercício 2015 e 2016 respectivamente com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida as contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e o custo pelo valor do investimento.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.12. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e "International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC" e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e as interpretações técnicos emitidos pelo IASB e IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; e (c) contabilização geral de "hedge". (1)
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. (1)
- IFRS 16 - "Leasing": essa norma requer um único modelo de contabilização de "lease", em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira); dessa forma, não se faz necessária a análise das características do contrato para classificação entre financeiro e operacional. (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estavam representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	1.910	191
Aplicações financeiras	-	25.439
Total	<u>1.910</u>	<u>25.630</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	5.522	1.834
Aplicações financeiras	20.586	43.581
Total	<u>26.108</u>	<u>45.415</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB. As aplicações são remuneradas entre 72%% e 101,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos estavam representados por:

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2016</u>
Aplicações Financeiras	19.846

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras	28.708	16.433
Ativo circulante	27.790	15.626
Ativo não circulante	918	807
Total	<u>28.708</u>	<u>16.433</u>

Representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e outras operações compromissadas com prazo de resgate superior a 90 dias para os quais a Administração tem a intenção de manter até o vencimento, remuneradas à taxa média de 72% a 101,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER LOCAÇÃO DE ATIVOS

Os saldos estavam representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber	181	109
Total	<u>181</u>	<u>109</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Arrecadação a receber (a)	15.103	16.400
Contas a receber de clientes (b)	26.801	-
Outros	1.898	5.380
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.671)	-
Total	<u>37.131</u>	<u>21.780</u>
Ativo circulante	31.881	21.780
Ativo não circulante	5.250	-
Total	<u>37.131</u>	<u>21.780</u>

- a) Representa valores a receber do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP referentes às medições do mês corrente das estações de tratamento da controlada Ambient.
- b) Referem-se ao faturamento das medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuadas pelas controladas Caepa, Comasa e Samar. As próprias controladas são responsáveis pela cobrança junto aos consumidores finais.

Os saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro estão distribuídos conforme a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	3.031	409
De 31 a 60 dias	5.044	358
De 61 a 90 dias	268	-
De 91 a 180 dias	758	-
De 181 a 360 dias	843	-
Acima de 360 dias	1.868	-
Total de vencidas	<u>11.812</u>	<u>767</u>
A vencer:		
Até 30 dias	11.799	7.391
De 31 a 60 dias	8.812	1.628
De 61 a 90 dias	6.711	1.836
A vencer em 131 dias	4.668	10.158
Total a vencer	<u>31.990</u>	<u>21.013</u>
Total de contas a receber de clientes	<u>43.802</u>	<u>21.780</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6.671)	
Total de contas a receber de clientes	<u>37.131</u>	<u>21.780</u>

Na controlada Ambient, em 31 de dezembro de 2016, frente ao decreto municipal que suspendeu o pagamento de despesas relacionadas a 2016 e exercícios anteriores, a Administração julgou necessário constituir provisão para perda em créditos de liquidação duvidosa no valor de (R\$3.062) referente aos títulos vencidos e protocolados a inadimplência junto ao Daerp.

Nas controladas Caepa e Sama o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são os títulos a receber de usuários que possuem títulos vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito. Os valores são (R\$57) e (R\$3.552) respectivamente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

Contas a receber locação de ativos (*):

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Contas a receber - locação de ativo	487.283	284.794
Recebimentos	(105.177)	(47.369)
Ajuste a valor presente	(223.878)	(137.119)
Ajuste pela taxa de retorno	<u>60.982</u>	<u>25.629</u>
Total	<u><u>219.210</u></u>	<u><u>125.935</u></u>
Ativo circulante	33.445	17.917
Ativo não circulante	<u>185.765</u>	<u>108.018</u>
Total	<u><u>219.210</u></u>	<u><u>125.935</u></u>

(*) Nas controladas Araucária e Sanevap refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 18,14% (16,59% ao ano em 2015) e 17,70% respectivamente, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em

2017	33.445
2018	34.969
2019	36.542
2020	38.187
Após 2020	<u>76.067</u>
	<u><u>219.210</u></u>

7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos consolidados estavam representados por:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo de investimento (b)	277.511	331.700
Recebimentos	(416.235)	(380.556)
Atualização pela taxa de retorno (a)	370.957	338.557
Total	<u>232.233</u>	<u>289.701</u>
Ativo circulante	37.178	53.152
Ativo não circulante	195.055	236.549
Total	<u>232.233</u>	<u>289.701</u>

- (a) Nas controladas Ambient e Sesamm refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 20,91% ao ano (21,92% ao ano em 2015), 17,07% ao ano (18,37% ao ano em 2015), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Na controlada Ambient, a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$37.575 (R\$38.503 em 31 de dezembro de 2015).

Na controlada Sesamm a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$8.013 (R\$7.461 em 31 de dezembro de 2015).

A controlada Sanama encontra-se em fase de pré-operação e as obras não resultam em margem de lucro. Considerando o cronograma de obras e período necessário para regularização das operações da estação de tratamento de esgoto, em 31 de dezembro de 2016 o saldo está integralmente registrado no ativo não circulante.

- (b) Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, na controlada Ambient são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$134.159 (R\$163.645 em 31 de dezembro de 2015) e na controlada Sesamm são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$32.250 (R\$29.605 em 31 de dezembro de 2015), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar-se em

2017	37.178
2018	33.280
2019	38.470
2020	39.167
Após 2020	<u>84.138</u>
	<u>232.233</u>

8. INVESTIMENTOS

As informações, saldos e movimentações dos investimentos estão assim representados:

	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Sanama</u>	<u>Caepa</u>	<u>Comasa</u>	<u>Samar</u>	<u>Total</u>
Informações sobre as investidas:									
Quantidade de ações integralizadas:									
Ordinárias	335.443	9.078	3.921	15.062	4.176	1.907	4.463	81.576	-
Preferenciais	670.882	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100,00%	51,00%	50,10%	57,00%	60,00%	95,00%	75,00%	100,00%	-
Capital social	48.491	17.800	5.626	19.532	29.600	2.400	10.000	36.945	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	32.774	8.324	3.987	8.601	(982)	(508)	(583)	5.023	-
Patrimônio líquido	130.386	22.382	9.146	37.198	3.673	920	5.367	86.919	-
Movimentação dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	109.132	7.720	446	15.216	1.073	-	-	-	133.587
Aquisição de participação acionária	-	-	1.102	-	750	1.048	-	-	2.900
Dividendos a receber	(7.870)	-	-	(265)	-	-	-	-	(8.135)
Dividendos recebidos	(11.802)	-	-	-	-	-	-	-	(11.802)
Equivalência patrimonial	40.737	177	1.242	3.466	(690)	(549)	-	-	44.383
Saldo em 31 de dezembro de 2015	130.197	7.897	2.790	18.417	1.133	499	-	-	160.933
Aquisição de participação acionária	-	-	-	-	1.650	859	4.462	76.808	83.779
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	4.768	4.768
Dividendos a receber	(7.455)	(728)	(206)	(1.164)	-	-	-	(862)	(10.415)
Dividendos recebidos	(15.630)	-	-	(953)	-	-	-	-	(16.583)
Juros sobre capital proprio a receber	(9.500)	-	-	-	-	-	-	-	(9.500)
Equivalência patrimonial	32.774	4.246	1.998	4.903	(578)	(483)	(438)	6.205	48.627
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>130.386</u>	<u>11.415</u>	<u>4.582</u>	<u>21.203</u>	<u>2.205</u>	<u>875</u>	<u>4.024</u>	<u>86.919</u>	<u>261.609</u>

Em 21 de maio de 2010, a Sociedade adquiriu participação na controlada Araucária mediante integralização de capital social no montante de R\$379 que representou 51% do capital social integralizado dessa investida. Em 11 de março de 2015, a controlada Araucária aumentou seu capital social de R\$12.600 para R\$17.800, mantendo a participação da Sociedade em 51% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. A Araucária tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de Campos do Jordão.

Em 4 de julho de 2011, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanevap mediante integralização de capital social no montante de R\$282 que representou 50,1% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade havia integralizado o montante de R\$1.102 referente a um adiantamento para futuro aumento de capital, mantendo sua participação acionária. Em 29 de março de 2016 a controlada Sanevap aumentou seu capital social de R\$5.626 para R\$7.826, mantendo a participação da Sociedade em 50,1% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital. A Sanevap tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de São José dos Campos.

Em 8 de outubro de 2014, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanama mediante integralização de 10% do capital social no montante de R\$1.776 que representou 60% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade integralizou R\$1.650 de capital, mantendo sua participação acionária e restando o montante de R\$13.584 a integralizar. A Sanama tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativo nº 079/2014 celebrado com a CASAL, para implantação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário da parte Alta de Maceió.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade aumentou seu capital social no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência das ações da empresa Sesamm e representa 57% do capital social integralizado dessa investida. A Sesamm tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão nº 013/08 celebrado com a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, para implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim.

Em 10 de abril de 2015, a Sociedade adquiriu participação na controlada Caepa mediante integralização de 20% do capital social no montante de R\$171 que representou 95% do capital social integralizado dessa investida. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a Sociedade havia integralizado o montante de R\$193 e R\$143 respectivamente referente a um adiantamento para futuro aumento de capital, mantendo sua participação acionária. Em 19 de fevereiro de 2016 a controlada Caepa aumentou seu capital social de R\$900 para R\$2.400, mantendo a participação da Sociedade em 95% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade integralizou R\$716 de capital, mantendo sua participação acionária e restando o montante de R\$373 a integralizar. A Caepa tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014, celebrado com o Município de Paraibuna para exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 4 de fevereiro de 2016, a sociedade adquiriu participação na controlada Comasa mediante integralização de 10% do capital social no montante de R\$750 que representou 75% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade havia integralizado de capital social o total de R\$4.462, mantendo sua participação acionária. A Comasa tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 003/2015, celebrado com o Município de Santa Rita do Passa Quatro para exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 11 de maio de 2016, a sociedade adquiriu da OAS Soluções Ambientais S/A, 100% das ações ordinárias da Samar. A sociedade foi constituída em 23 de agosto de 2012 e o contrato de concessão tem prazo de duração de 30 anos. A Samar tem por objeto social cumprir o contrato de concessão de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba. Em 31 de dezembro de 2016, o valor justo apurado em Laudo de alocação do preço pago foi de R\$43.328 sendo que foi amortizado durante o exercício o valor de R\$1.090.

9. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do imobilizado em 2016 e 2015 está representada por:

	Controladora						Total
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	56	243	68	129	3	38	537
Adições	-	6	5	38	-	-	49
Baixas	-	(14)	(11)	(8)	-	-	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56	235	62	159	3	38	553
Adições	-	14	8	70	23	-	115
Baixas	-	(12)	(2)	(11)	-	-	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>56</u>	<u>237</u>	<u>68</u>	<u>218</u>	<u>26</u>	<u>38</u>	<u>643</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(55)	(57)	(13)	(66)	(1)	(4)	(196)
Adições	(1)	(24)	(7)	(22)	(1)	(8)	(63)
Baixas	-	10	2	6	-	-	18
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(56)	(71)	(18)	(82)	(2)	(12)	(241)
Adições	-	(23)	(6)	(31)	(1)	(8)	(69)
Baixas	-	7	-	-	-	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(56)</u>	<u>(87)</u>	<u>(24)</u>	<u>(113)</u>	<u>(3)</u>	<u>(20)</u>	<u>(303)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	164	44	77	1	26	312
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	150	44	105	23	18	340
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	20%	10%	10%	

Custo do imobilizado bruto	Consolidado								Imobilizado em andamento	Total
	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.123	35	404	418	409	523	169	38	-	3.119
Adições	1.657	-	-	207	99	56	1	7	-	2.027
Baixas	-	-	-	(15)	(38)	(38)	-	-	-	(91)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.780	35	404	610	470	541	170	45	-	5.055
Adições	27	-	-	111	118	326	47	80	12	721
Baixas	-	-	-	(23)	(6)	(22)	-	(7)	-	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.807	35	404	698	582	845	217	118	12	5.718
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2014										
Adições	(84)	-	(29)	(86)	(36)	(70)	(17)	(10)	-	(332)
Baixas	-	-	-	11	11	35	-	-	-	57
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(484)	-	(363)	(226)	(216)	(295)	(117)	(14)	-	(1.715)
Adições	(147)	-	(28)	(61)	(45)	(103)	(16)	(20)	-	(420)
Baixas	-	-	-	17	-	10	-	2	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(631)	-	(391)	(270)	(261)	(388)	(133)	(32)	-	(2.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.296	35	41	384	254	246	53	31	-	3.340
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.176	35	13	428	321	457	84	86	12	3.612
Taxa média anual de depreciação	4%	-	20%	10%	10%	20%	10%	10%	-	-

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

10. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis consolidados estão representados por

	Controladora				
	2016		2015		% a.a. Taxa de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Software	2395	(124)	2.271	1.479	20%

	Consolidado				
	2016		2015		% a.a. Taxa de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Software	3.811	(841)	2.970	1.604	20%
Direitos de concessão - outorga (a)	89.462	(12.295)	77.167	-	3,33% a 6,58%
Investimentos na concessão (b)	30.322	(2.613)	27.709	179	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Água (b)	3.392	(103)	3.289	286	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Esgoto (b)	2.520	(131)	2.389	20	3,33% a 6,58%
Máquinas, equipamentos e outros ativos (b)	4.810	(1.608)	3.202	-	10% a 20%
Reformas Prédios existentes (b)	311	(4)	307	-	3,33%
Mais valia da concessão (c)	43.330	(1.090)	42.240	-	3,33% a 6,58%
Total	<u>177.958</u>	<u>(18.685)</u>	<u>159.273</u>	<u>2.089</u>	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível:

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.089	1.604
Aquisições	175.863	491
Amortização	<u>(18.679)</u>	<u>(6)</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>159.273</u>	<u>2.089</u>

O valor registrado como ativo intangível, refere-se:

a) Direitos de concessão - outorga

Nas controladas Comasa e Samar contabilizam o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Elas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Sociedade, serão revertidas automaticamente ao poder concedente sem qualquer retorno financeiro para a Sociedade.

b) Investimentos na concessão

Nas controladas Caepa, Comasa e Samar, estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão.

c) Mais valia da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa n.º8, em 11 de maio de 2016, a sociedade adquiriu 100% das ações ordinárias da Samar cujos ativos e passivos foram reconhecidos pela Sociedade por seu valor justo, implicando no reconhecimento da mais valia da concessão no montante de R\$43.330, a qual foi amortizado durante o exercício o valor de R\$1.090.

A Sociedade e suas controladas revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

11. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Controladora e outras partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras.

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2016			
Controladora	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras
GS Inima Environment S.A.	-	-	(795)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (a)	9.516	15.530	(4)	28.838
Araucária Saneamento S.A.	18	728	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	18	206	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	12	1.164	-	-
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A		862	-	-
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A	25	-	-	-
Caepa Cia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A	2	-	-	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A	5	-	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	8	-	-	-
Consórcio Construtor Alma	457	-	(426)	-
Total	10.061	18.490	1.225	28.838

	Controladora			
	31/12/2015			
Controladora	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras
GS Inima Environment S.A.	-	-	(105)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	1.481	7.870	(4)	17.149
Araucária Saneamento S.A.	16	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	17	-	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	7	265	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	278	-	(407)	-
Total	1.799	8.135	(516)	17.149

Controladora	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
GS Inima Environment S.A.	-	(795)	-	(105)
Outras partes relacionadas:				
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	-	(735)	-	(167)
ECS Operações e Participações Ltda.	-	(144)	-	(33)
Cesbe S.A Engenharia e Empreendimento	-	(551)	-	-
Construtora Elevação Ltda	-	(353)	-	-
Consórcio Construtor Alma	457	(426)	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	8	-	279	(408)
Total	465	3.004	279	(713)

- a) O aumento das contas a receber da Ambient é referente ao contrato de construção dos Novos Interceptores na cidade de Ribeirão Preto. O saldo a receber refere-se a duas faturas.

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$1.143 (R\$1.051 em 31 de dezembro de 2015) a título de remuneração dos administradores da investida Ambient. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade e sua controlada Ambient concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica de "Obrigações sociais" são de R\$905 e R\$603 (R\$766 e R\$543 em 31 de dezembro de 2015). As metas são como segue:

- a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano.

Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, cumprimento das normas internas, advertência e suspensões e avaliação gerencial.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro, os saldos relativos a empréstimos em moeda nacional, estavam representados por:

Instituições credoras	Consolidado			
	Juros e encargos	Vencimento	Circulante	
			31/12/2016	31/12/2015
BNDES/Finame	(a) 5,5% a.a.	Abril de 2016	-	111
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(b) TJLP + 4,55% a.a.	Janeiro de 2016	-	71
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(c) Dólar +3,55% a.a.	Janeiro de 2016	-	42
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d) TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	4.638	495
Banco Votorantim S.A - FINAME	(e) 9,5% a.a.	Dezembro de 2020	228	-
Banco Votorantim S.A - FINAME	(e) SELIC + 4,5% a.a.	Dezembro de 2020	1.276	-
Caixa Econômica Federal	(f) TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	4.106	3.771
Caixa Econômica Federal	(g) TR + 8,7% a.a.	Fevereiro de 2035	10.538	11.149
Banco Mercedes S.A	(h) TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	452	-
Banco Safra S.A	(i) TJLP + 4,50% a.a.	Março de 2019	97	-
Banco Bradesco S.A	CDI + 2,5% a.a.	Janeiro de 2017	5	-
			<u>21.340</u>	<u>15.639</u>

	Consolidado			
	Juros e encargos	Vencimento	Não circulante	
			31/12/2016	31/12/2015
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d) TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	10.172	12.153
Banco Votorantim S.A - FINAME	(e) 9,5% a.a.	Dezembro de 2020	649	-
Banco Votorantim S.A - FINAME	(e) SELIC + 4,5% a.a.	Dezembro de 2020	2.874	-
Caixa Econômica Federal	(f) TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	28.265	29.154
Caixa Econômica Federal	(g) TR + 8,7% a.a.	Fevereiro de 2035	75.257	75.320
Banco Mercedes S.A	(h) TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	443	-
Banco Safra S.A	(i) TJLP + 4,50% a.a.	Março de 2020	121	-
			<u>117.781</u>	<u>116.627</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em equipamentos utilizados na ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Caiçara" da controlada Ambient. Os juros e o principal são pagos mensalmente com início em maio de 2012 até a data de vencimento em abril de 2016.
- Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Caiçara" da controlada Ambient, obtido do BNDES, captado em janeiro de 2011. Os juros e o principal são pagos mensalmente até janeiro de 2016.
- Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Caiçara" da controlada Ambient, obtido do BNDES, captado em janeiro de 2011. Os juros e o principal são pagos mensalmente até janeiro de 2016.
- Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" da controlada Ambient obtido do BNDES, captado em fevereiro de 2015. Os juros e o principal são pagos mensalmente até abril de 2021.
- Referem-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" da controlada Ambient obtido do Banco Votorantim na modalidade Finame sendo a primeira liberação em março de 2016. Os juros e o principal são pagos mensalmente até dezembro de 2020.

- f) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de Mogi Mirim da controlada Sesamm, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal são pagos mensalmente julho de 2032.
- g) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de São José dos Campos da controlada Sanevap, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal terão início em fevereiro de 2015 e serão pagos mensalmente até fevereiro de 2035.
- h) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em frota de veículos pesados e implementos da controlada Samar. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em julho de 2014 até a data de vencimento em fevereiro de 2019.
- i) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em retroescavadeira da controlada Samar. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento em março de 2020.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, "confort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

A controlada Ambient e seus acionistas também assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro vinculados à obtenção do financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a controlada cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal pela Sanevap, em 6 de maio de 2013, no montante de R\$74.748, tem como objetivo permitir à controlada a realização dos investimentos compromissados, referentes ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto a Sabesp. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência. Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da controlada e cumprimento de obrigações acessórias. A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o Capital Social da controlada na proporção mínima de 93/7.
- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual de 1,1 na fase de amortização, além de manter em conta de aplicação financeira vinculada (Conta Reserva) o saldo equivalente a 3 (três) prestações mensais, sendo que a controlada deverá observar o regramento abaixo quanto à reposição do ICSD:
 - a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para pagamento da dívida no período (A)}}{\text{Serviço da Dívida no período (B)}}$$

Onde:

(A) = Fluxo de Caixa Operacional.

(+) Caixa Acumulado.

(B) = Amortização do Principal.

(+) Pagamento de Juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros).

b) Cumulativamente o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização.

c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD conforme se segue:

c.1) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

c.2) Não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução do capital, observando ainda:

- ✓ Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a controlada deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir: a) A dívida com a CEF seja quitada; b) A controlada recomponha o índice igual ou maior a 1,2;
- ✓ Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a controlada, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a controlada quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/SERVIÇO DA DÍVIDA) inicialmente pactuados.

c.3) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD ocorrerá após um período mínimo de faturamento da controlada de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da CEF.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal pela Sesamm em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20.

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais.
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2016, têm os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2018	19.902
2019	19.580
2020	18.709
2021	14.644
Após 2021	44.946
Total	<u>117.781</u>

13. DEBÊNTURES PRIVADAS

Os saldos relativos a debêntures estavam representados por:

<u>Instituição credora</u>	<u>Controladora</u>		<u>Circulante</u>
	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	11.676
Despesas pagas antecipadamente			(172)
			<u>11.504</u>
			<u>Não circulante</u>
			<u>31/12/2016</u>
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	27.918
Despesas pagas antecipadamente			(546)
			<u>27.372</u>

Instituição credora	Consolidado		Circulante	
	Juros e encargos	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	16.382	15.174
Despesas pagas antecipadamente			(152)	(152)
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	11.676	-
Despesas pagas antecipadamente			(172)	-
Banco Votorantim S.A.	CDI + 4% a.a.	Dezembro de 2018	5.529	-
Despesas pagas antecipadamente			(156)	-
Debêntures, líquidas			<u>33.107</u>	<u>15.022</u>
			Não circulante	
			31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	97.706	103.068
Despesas pagas antecipadamente			(1.847)	(1.998)
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	27.918	-
Despesas pagas antecipadamente			(546)	-
Banco Votorantim S.A.	CDI + 4% a.a.	Dezembro de 2018	5.152	-
Despesas pagas antecipadamente			(156)	-
Debêntures, líquidas			<u>128.227</u>	<u>101.070</u>

Em 22 de outubro de 2015, a Sociedade assinou contrato de compromisso com o Banco ABC Brasil para estruturação e coordenação de emissão de notas promissórias, com esforços restritos de distribuição no valor de R\$40.000. A amortização do principal e juros será em 10 parcelas pagas semestralmente a partir do sexto mês com remuneração do CDI + 4,35% a.a.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2016:

- (i) As Notas Promissórias contarão com aval prestado pela controlada Ambient
- (ii) Covenants financeiros pela avalista
Divida líquida / EBITDA anualizado menor ou igual a 3,5x
- (iii) Condições de vencimento antecipado
 - a) Distribuição e/ou pagamento de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora e/ou a Avalista esteja inadimplente com relação a quaisquer de suas obrigações relativas a esta Nota Promissória ou à Emissão,
 - b) Contrate novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sem aprovação prévia dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias
 - c) Redução do capital social da Emissora e/ou da Avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento das Notas Promissórias sem a prévia e expressa autorização dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias.

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread"). O pagamento de juros será realizado mensalmente a partir do mês de janeiro de 2015.

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês-calendário, a partir do primeiro dia do 34º mês-calendário contado a partir da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. A primeira parcela da amortização das debêntures foi paga em 29 de dezembro de 2014. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2016, os custos de transação incorridos, e já parcialmente amortizado, totalizavam R\$1.999, sendo R\$152 no circulante e R\$1.847 no não circulante. Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.
- (ii) Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.
- (iv) A Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.

- (v) Os valores recebidos pela Araucária em razão da integralização das debêntures pelos debenturistas deverão ser depositados na Conta Vinculada, de sua titularidade, nº 0493-8, agência 3097, mantida na Caixa Econômica Federal. O saldo mantido na conta mencionada foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (vi) A Araucária Saneamento S.A possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionados à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (covenants financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O contrato de concessão da controlada Samar, prevê a outorga a pagar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável", sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no valor de R\$262 (R\$351 – valor atualizado). No mês de dezembro de cada ano serão pagas o equivalente a 2 parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que deverá ocorrer a cada 12 meses, mediante a decisão publicada, na imprensa oficial e em sítio na internet, decisão que entrará em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a movimentação dos saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	<u>2016</u>
Valor total de outorga a pagar conforme contrato de concessão	141.420
Atualização financeira	32.142
Pagamentos efetuados	(56.101)
(-) Ajuste a valor presente (a)	<u>(56.933)</u>
Total	<u>60.528</u>
Passivo circulante	4.411
Passivo não circulante	<u>56.117</u>
Total	<u>60.528</u>

O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social é representado por 100.102 quotas (60.102 quotas em 31 de dezembro de 2015), subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$100.102(R\$60.102 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	
	Quotas subscritas	Participação %
GS Inima Environment S.A.	97.861	97,8
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	2.241	2,2
Total	<u>100.102</u>	<u>100,0</u>

	31/12/2015	
	Quotas subscritas	Participação %
GS Inima Environment S.A.	57.861	97,8
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	2.241	2,2
Total	<u>60.102</u>	<u>100,0</u>

Em 6 de maio de 2016, os sócios quotistas da Sociedade aprovação e subscrição e integralização de capital social no montante de R\$40.000, mediante emissão de 40.000 mil cotas.

A distribuição de lucros é definida em reunião dos quotistas. Em 31 de dezembro de 2016, não havia previsão de distribuição de lucros.

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Sociedade e suas controladas e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Risco de perda provável

	Controladora				
	2015	Utilizada	Revertida	Provisionada	2016
Processos trabalhistas (b)	52	-6	-	-	46
Total	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>

	Consolidado				
	2015	Utilizada	Revertida	Provisionada	2016
Processos cíveis (a)	-	(169)	-	659	490
Processos trabalhistas (b)	254	(103)	(24)	364	491
Total	<u>254</u>	<u>(272)</u>	<u>(24)</u>	<u>1.023</u>	<u>981</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 as contingências cíveis na controlada Samar refere-se a riscos prováveis de indenizações a terceiros com relação a perdas de bens
- (b) Em 31 de dezembro de 2016 as reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para as empresas GS Inima R\$46, Ambient R\$115, Araucária 31 e Samar R\$299.

A Administração da Sociedade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A controlada Samar é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$852 (R\$721 em 2015) e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

A controlada Ambient é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$234 e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta - serviços de construção (a)	28.838	17.382	45.849	22.930
Receita bruta - tratamento de esgoto	1.493	-	76.308	43.085
Receita bruta - locação de ativo	-	-	122.259	136.973
Receita bruta - água	-	-	30.287	480
Receita bruta - gestão comercial	-	-	2.422	7
Outras receitas operacionais	-	-	42	-
Remuneração do ativo financeiro	-	-	49.654	54.837
ISS	(616)	(329)	(616)	(329)
PIS	(212)	(124)	(2.536)	(1.379)
COFINS	(976)	(584)	(11.692)	(6.385)
ICMS	-	-	(8)	-
Vendas canceladas	-	-	(1.739)	(8)
Receita líquida	<u>28.527</u>	<u>16.345</u>	<u>310.230</u>	<u>250.211</u>

- (a) O aumento na receita de construção na controlada Ambient, refere-se a obras de ampliação na estação de tratamento de esgoto e construção dos novos interceptores na cidade de Ribeirão Preto, e na controlada Samar, refere-se aos investimentos previstos em contratos e investimentos adicionais necessários para o andamento do trabalho.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos de pessoal	2.059	1.270
Serviços	12.953	7.484
Obras civis	649	1.084
Materiais	2.322	1.501
Outros custos com operação (recuperação de custos)	2.526	2.206
Total	20.509	13.545

<u>Custos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos de pessoal	14.777	4.673
Custos de manutenção e conservação	4.448	4.104
Retirada de resíduos	3.812	2.124
Juros passivos	5.439	4.298
Energia elétrica	13.072	5.481
Taxa de gerenciamento	2.236	710
Produtos químicos	703	956
Seguros	128	-
Serviços	19.672	8.894
Obras civis	100.264	122.730
Materiais	3.667	1.501
Outros custos com operação	9.826	4.213
Total	178.044	159.684

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Com pessoal	7.444	4.710
Serviços de terceiros	9.740	4.359
Depreciação/amortização	100	79
Publicidade e propaganda	871	1.147
Outras despesas, líquidas	3.306	1.371
Total	21.461	11.666

<u>Despesas</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Com pessoal	15.502	7.641
Serviços de terceiros	15.059	8.431
Depreciação/amortização	969	350
Publicidade e propaganda	1.621	1.602
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.021	-
Outros	6.558	3.975
Total	42.730	21.999
Gerais e administrativas (a)	47.717	21.685
Outras despesas operacionais, líquidas	13	314
Total	42.730	21.999

- a) O aumento das despesas gerais e administrativas refere-se substancialmente a consolidação das novas coligadas Comasa e Samar.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.799	2.513	9.231	6.804
Juros sobre títulos recebidos	-	-	759	-
Variação monetária	328	-	3.284	-
Outros	3	-	46	67
Total de receitas	4.130	2.513	13.320	6.871
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e debêntures (a)	(5.976)	(93)	(29.272)	(21.203)
Custo sobre Outorga	-	-	(2.261)	-
Ajuste a Valor Presente	-	-	(1.655)	-
Juros sobre títulos pagos	-	-	(1.847)	-
Outras	(333)	(67)	(1.569)	(458)
Total de despesas	(6.309)	(160)	(36.604)	(21.661)

- a) O aumento dos juros sobre financiamentos e debêntures, refere-se substancialmente a consolidação da nova coligada Samar

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Em 2016, a Sociedade alcançou os requisitos para reconhecimento dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, estão representados por:

Diferenças temporárias	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2015		
Impostos diferidos ativos:				
Provisão para riscos trabalhistas:	52	52		
Base de cálculo	52	52		
Alíquota nominal	34%	34%		
Total do ativo	18	18		
Diferenças temporárias	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Bases do ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.887	22.185	-	29.655
Provisão para riscos cíveis	793	683	-	518
Ajuste a valor presente (c)	10.492	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.218	-	-	-
Bases do passivo:				
Lucro diferido (b)	-	(4.476)	-	-
Realização do ajuste a valor presente (c)	(5.542)	-	-	-
Margem de construção	(281)	-	-	-
Ajustes referentes à diferença entre práticas fiscais e societárias (a)	-	(78.095)	-	(65.143)
Base de cálculo	12.567	(59.703)	-	(34.970)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total do passivo	4.273	(20.299)	-	(11.889)

- a) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a diferença entre critério fiscal e societário considerados na apuração da receita e da amortização de ativos, decorrente da adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.
- b) Refere-se ao lucro diferido decorrente do reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão da controlada Sesamm a ser recebido pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.
- c) Refere-se ao ajuste a valor presente reconhecido e realizado referente aos direitos da concessão (outorga) na controlada Samar.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.005	37.870
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(11.222)</u>	<u>(12.876)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	16.533	15.090
Dedução de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	<u>(5.311)</u>	<u>(2.214)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.172	53.738
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(22.498)</u>	<u>(18.271)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Constituição de impostos diferidos	-	(95)
Outros	<u>(1.478)</u>	<u>6.033</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(23.976)</u>	<u>(12.333)</u>
Correntes	(17.888)	(11.363)
Diferidos	<u>(6.088)</u>	<u>(970)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(23.976)</u>	<u>(12.333)</u>

21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

- b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	18.490	8.135

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliam seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Sociedade e suas investidas possuíam os instrumentos financeiros representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.910	25.630
Aplicações financeiras	19.846	-
Contas a receber	<u>181</u>	<u>109</u>
	21.937	25.739
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(38.876)	-
Fornecedores	(2.614)	(932)
Partes relacionadas	<u>(1.225)</u>	<u>-</u>
	(42.715)	(932)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>(20.778)</u>	<u>24.807</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	26.108	45.415
Aplicação Financeira	27.791	15.626
Contas a receber	37.130	21.780
Contas a receber locação ativos	219.210	125.935
Ativo financeiro	232.233	289.701
Outros	<u>150</u>	<u>807</u>
	542.622	499.264
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(139.121)	(248.358)
Debêntures	(161.334)	-
Concessão serviços públicos	(60.528)	-
Fornecedores	(8.009)	(2.714)
Partes relacionadas	(3.004)	-
Outros	<u>(643)</u>	<u>-</u>
	(372.639)	(251.072)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>169.983</u>	<u>248.192</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relativo a instrumentos financeiros (derivativos).

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

As investidas Araucária, Sanevap, Sesamm, Sanama, Caepa e Comasa estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Ambient efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Receita Aplicação Financeira	1.112	1.390	1.668
UR-TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer (*)	(1.111)	(1.388)	(1.666)
SELIC	1,00%	1,25%	1,5%
Juros a incorrer (*)	(42)	(52)	(62)
Juros a incorrer líquido	(41)	(50)	(60)

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Samar efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Receita Aplicação Financeira	36	45	54
UR-TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer (*)	(83)	(104)	(125)
CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Juros a incorrer (*)	(1.495)	(1.869)	(2.243)
IPCA	6,29%	7,86%	9,44%
Juros a incorrer (*)	(3.807)	(4.758)	(5.711)
Juros a incorrer líquido	(5.350)	(6.686)	(8.028)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Sociedade, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Sociedade e suas controladas.
- b) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.
- c) Risco de taxas de juros: A determinação do valor justo ("*fair value*") do instrumento financeiro contratado pela Sociedade e suas controladas é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.
- d) Risco de créditos: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros, sendo as respectivas coberturas consideradas suficientes para fazer face aos riscos identificados.

Nas sociedades Araucária e Sanevap, por força contratual, mantêm-se regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e o cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Na Controladora:		
Todos os riscos	Responsabilidade Civil para Profissionais "Directors and Officers"	2.150 18.067
Seguro-garantia	Garantia licitante	97
Na controlada Ambient:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos operacionais e de engenharia	8.000 50.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	15.652
Na controlada Araucária:		
Todos os riscos	Riscos Operacionais	50.000
Na controlada Sanevap:		
Todos os riscos	Riscos Operacionais	40.000
Na controlada Sesamm		
Todos os riscos	Riscos Operacionais Responsabilidade civil	10.000 3.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	8.365
Na controlada Sanama		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Compreensivo empresarial	15.900 50.000 350
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	3.268
Na controlada Caepa:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Riscos Operacionais	1.000 250 2.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	1.012
Na controlada Comasa:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Riscos Operacionais	3.000 6.220 3.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	1.754
Na controlada Samar:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos Operacionais	20.000 23.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	10.055

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de fevereiro de 2017.